



**MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO E INGRESSO**

**PROCESSO SELETIVO DE ESCOLHA DOS**  
**CONSELHEIROS TUTELARES**

**PROVA DE CONHECIMENTOS**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

- 1** - A prova contém **80 (oitenta) questões**. Verifique se ela está completa e sem falhas de impressão. Caso contrário, solicite ao Fiscal que providencie a substituição de sua prova.
- 2** - Será entregue juntamente com a prova o material de consulta, conforme previsão do Edital 001/2019, constando: o Estatuto da Criança e do Adolescente (não comentado), as Convenções nº 138 e 182 e a Recomendação nº 190 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Verifique se o material entregue está completo. Caso contrário, solicite ao Fiscal a substituição.
- 3 - Para chamar o Fiscal, levante o braço e aguarde.** Não levante da sua classe sem autorização do Fiscal.
- 4** - É obrigatória sua assinatura, à caneta na folha de respostas.
- 5** - A folha de respostas deverá ser preenchida com caneta esferográfica transparente, de cor azul ou preta. As elipses deverão ser preenchidas conforme modelo exposto no quadro.
- 6** - Cada questão oferece **somente uma opção correta** ao questionamento proposto.
- 7** - Serão anuladas as questões que contiverem emendas, rasuras, borraduras ou qualquer marcação diferente. Não amasse e não dobre a folha de respostas.
- 8** - O candidato **NÃO** poderá fazer perguntas sobre o conteúdo das questões. Questionamentos sobre as questões deverão ser feitos em conformidade com o previsto no Edital de Abertura.
- 9** - Não será permitido fumar durante a realização da prova, bem como utilizar ou manter ligado qualquer aparelho eletrônico.
- 10** - A prova terá duração de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos**. Não haverá tempo extra para preenchimento da folha de respostas, ou seja, no tempo de prova está incluído o tempo para preenchimento das respostas.
- 11** - O Fiscal indicará quando faltar 30 (trinta) minutos para o término do tempo de prova.
- 12** - O candidato somente poderá retirar-se definitivamente do local de realização da prova após 1(uma) hora. Não será permitido seu retorno à sala após sua saída.
- 13** - Ao término da prova, o candidato **poderá levar consigo somente a grade para cópia do gabarito** fornecida pelo Fiscal de Sala. O caderno de questões e o material de consulta deverão ser entregues ao Fiscal de sala.
- 14** - A prova será disponibilizada no site da Prefeitura, na segunda-feira, dia **05/08/2019**.
- 15** - A **divulgação do gabarito** desta prova ocorrerá na segunda-feira, **05/08/2019**, no Diário Oficial de Porto Alegre.

**BOA PROVA!**

**01.** O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em cumprimento ao mandamento constitucional de proteção integral a crianças e adolescentes, criou um microsistema legal exclusivo de garantias, direitos e obrigações, com centralidade na convivência familiar e comunitária, a ser promovida por políticas públicas prioritárias e executada no cotidiano das práticas de atendimento e intervenção e tem sido objeto de sucessivas modificações. Sobre as modificações abaixo ocorridas no ECA, está **INCORRETA** a alternativa:

- a) Foi criado o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.
- b) Houve alteração sobre a reeleição dos Conselheiros Tutelares que agora podem ser reeleitos por vários mandatos consecutivos, em vez de apenas uma vez.
- c) Foi instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.
- d) Foi modificada a idade mínima para que uma criança ou adolescente possa viajar sem os pais ou responsáveis e sem autorização judicial, passando de 12 para 14 anos.
- e) Foram estabelecidos novos procedimentos para o trâmite dos processos de adoção e novas hipóteses de destituição do poder familiar.

**02.** O Art. 4º, do ECA dispõe que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Sobre a garantia de prioridade, podemos afirmar que:

- I. Serviços públicos como os prestados pelos CREAS/CRAS e CAPS devem disponibilizar um atendimento diferenciado e prioritário para crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.
- II. Os problemas enfrentados por crianças e adolescentes devem ser tratados e solucionados com o máximo de urgência possível e a omissão do Poder Público os coloca em grave situação de risco, tornando o agente público responsável passível de punição.
- III. Em face do princípio jurídico-constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, o administrador público fica obrigado a implementar as políticas públicas destinadas à garantia da plena efetivação dos direitos infante-juvenis assegurados pela lei e pela Constituição Federal, podendo invocar seu “poder discricionário” para privilegiar área não amparada por semelhante mandamento constitucional.

IV. A garantia de prioridade compreende a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias e a precedência do atendimento nos serviços públicos, privados e de relevância pública.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas II e III.
- b) Apenas I, II, e III.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas I, II e IV.
- e) Apenas I e II.

**03.** As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão de sua conduta. Desta forma, podemos inferir que:

- a) A simples ameaça de violação de direitos não autoriza a intervenção da Justiça da Infância e da Juventude, mas sempre que uma criança ou adolescente se encontra na chamada “situação de risco”, ou seja, em condição de maior vulnerabilidade, demanda atenção especial por parte da rede de proteção e dos órgãos de defesa dos direitos infante-juvenis.
- b) Há o reconhecimento parcial de que a omissão da sociedade e do Estado acaba por colocar em risco ou violar os direitos correspondentes, de crianças e adolescentes.
- c) Não apenas a prática de ato infracional, mas outros distúrbios de comportamento podem colocar a criança ou o adolescente em situação de risco.
- d) A defesa dos direitos de crianças e adolescentes, na forma da lei, deve ser proporcionada tanto pelos seus pais ou responsável legal, quanto por cidadão com autorização específica para este fim.
- e) Quando crianças e adolescentes se encontram em condições em que sua conduta os coloca na situação potencial ou efetiva de violação de seus direitos, devem receber apenas uma das medidas de proteção a serem aplicadas pelo Conselho Tutelar.

**04.** Considere as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeiras e (F) para falsas.

( ) Incumbe ao poder público garantir à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Assistência Social para o acolhimento do filho, em articulação com o

sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança.

( ) Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor. Se o adolescente não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado pela promotoria, ressalvado o direito de, a todo tempo, constituir outro de sua preferência.

( ) As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional somente poderão receber recursos públicos se comprovado o atendimento dos princípios, exigências e finalidades do Estatuto da Criança e do Adolescente.

( ) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária competente.

( ) Nas adoções internacionais, quando o Brasil for o país de acolhida, a decisão da autoridade competente do país de origem da criança ou do adolescente será conhecida pela Autoridade Central Federal que tiver processado o pedido de habilitação dos pais adotivos, que comunicará o fato à Autoridade Central Estadual e determinará as providências necessárias à expedição do Certificado de Naturalização Provisório.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo.

- a) F – F – V – V – F.
- b) F – V – V – F – F.
- c) V – F – V – F – F.
- d) F – F – V – F – F.
- e) V – F – V – F – V.

**05.** Entre os crimes praticados contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão, é estabelecido no ECA que, deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão, apresenta pena de detenção de seis meses a dois anos. Sobre os direitos individuais da prática de atos infracionais, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de liberação imediata.
- b) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão posteriormente comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- c) Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de

compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.

d) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

e) A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.

**06.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Porto Alegre é o órgão deliberativo, normativo, formulador e controlador da política de atendimento dos direitos, e suas responsabilidades são:

- I. Orientação e apoio sócio-familiar.
- II. Colocação familiar.
- III. Inscrição dos programas das entidades governamentais e não governamentais, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.
- IV. Reavaliação dos programas em execução, no máximo, a cada 2 (dois) anos constituindo-se critérios para renovação da autorização de funcionamento.
- V. Promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas III e IV.
- d) Apenas IV e V.
- e) Todas estão corretas.

**07.** Compete ao Ministério Público:

- I. Zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.
- II. Promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como officiar em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e da Juventude.
- III. Inspeccionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de

que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas.

IV. Inscrição de entidades não governamentais e governamentais que desenvolvem programas com crianças e adolescentes.

V. Promover e acompanhar todos os procedimentos relativos às infrações atribuídas as crianças e adolescentes.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I, II e V.
- b) Apenas I, IV e V.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas III, IV e V.
- e) Todas estão corretas.

**08.** Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

I. Conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.

II. Conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes.

III. Aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.

IV. Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis.

V. Atestar a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido nas entidades de atendimento.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II, III e IV.
- c) Apenas III e V.
- d) Apenas I, III e V.
- e) Todas estão corretas.

**09.** A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. São linhas de ação ou diretrizes da política de atendimento às crianças e adolescentes, **EXCETO** a alternativa:

- a) Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- b) Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis,

assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais.

c) Manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

d) Políticas sociais básicas.

e) Política de atendimento às crianças e adolescentes, centralizadas nas Capitais ou grandes Centros.

**10.** Conforme a lei 8.069/90 é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade abrange, **EXCETO** a alternativa:

a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

b) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

c) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.

d) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

e) A destinação de recursos provenientes dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, desobriga os Entes Federados à previsão, no orçamento dos respectivos órgãos encarregados da execução das políticas públicas de assistência social, educação e saúde, dos recursos necessários à implementação das ações, serviços e programas de atendimento a crianças, adolescentes e famílias.

**11.** Com relação ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho, analise as assertivas:

I. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

II. Ao adolescente portador de deficiência, não é permitido trabalhar na condição de aprendiz.

III. Ao adolescente até quatorze de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

IV. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I, II e IV.
- b) Apenas I, III e IV.

- c) Apenas III e IV.
- d) Apenas II e IV.
- e) Todas estão corretas.

**12.** Podemos afirmar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, levando-se em conta os avanços com relação ao paradigma da Proteção Integral:

I. O caráter democrático e de protagonismo da sociedade na formulação das propostas que culminaram com a Lei 8069/90 e seu caráter universal.

II. A lei de menores preocupava-se apenas com o conflito instalado e não com a prevenção. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os jovens passam a ser tratados como sujeitos de Direitos.

III. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a Assistência, proteção e Vigilância dos jovens.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) Todas estão corretas.

**13.** O Estatuto da Criança e do Adolescente propõe um reordenamento institucional. Rompe com práticas fundadas na filantropia ou caridade e institui uma nova ordem onde os direitos das crianças e adolescentes geram responsabilidades para a família, para o Estado e para a sociedade. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Crianças e Adolescentes em situação de extrema pobreza não constituem razão isolada para acolhimento institucional.
- b) Diferentemente do Código de Menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente leva em conta as peculiaridades dessa fase da vida e preconiza o atendimento diferenciado e prioritário para crianças e adolescentes, além de suas famílias.
- c) As situações irregulares de Crianças e Adolescentes, demandam uma ação articulada do Conselho Tutelar com órgãos que operam as políticas sociais públicas e que na maioria das vezes o desfecho é o acolhimento institucional.
- d) É no âmbito familiar, preferencialmente, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que se deve investir no trabalho em benefícios das crianças e adolescentes, além de ser um direito fundamental.
- e) A Proteção Integral deve ser efetivada através de Políticas Públicas.

**14.** Analise as assertivas a seguir:

I. O direito à liberdade compreende, entre outros, brincar, praticar esportes e divertir-se.

II. Aos pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, serão cabíveis medidas, entre elas, o de advertência que serão aplicadas pelo Ministério Público.

III. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional poderá se prolongar por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Todas estão corretas.

**15.** O grande legado do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA é o reconhecimento de crianças e adolescentes como cidadãos sujeitos de direitos. Assinale a alternativa que destaca, de forma imperativa, os direitos fundamentais que lhes devem ser assegurados:

- a) Se possível, serem priorizados nas situações de perigo e recebendo a proteção dos adultos.
- b) Não serem objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- c) Serem preferencialmente atendidos nas políticas sociais públicas, caso estejam devidamente registrados conforme certidão de nascimento válida.
- d) Serem poupados das decisões familiares.
- e) Serem exclusivamente atendidos por instituições privadas de saúde e assistência.

**16.** No que se refere à aplicação de medidas de proteção são preferidas aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Qual das assertivas abaixo **NÃO** está em consonância com estes princípios:

- a) A intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada assim que a situação de perigo seja judicialmente confirmada.
- b) A intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto.
- c) A intervenção deve ser a necessária e

adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada.

d) A criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa.

e) A promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada.

**17.** A liberdade assistida é uma medida adotada com a finalidade de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Das atribuições abaixo, é correto afirmar que **NÃO** cabe exclusivamente ao Orientador:

a) Promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social.

b) Solicitar informações quanto à frequência e o aproveitamento escolar do adolescente.

c) Diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua possível inserção no mercado de trabalho.

d) Apresentar relatório contendo do andamento do caso.

e) Prorrogar de prazo, revogar ou substituir medida por outra, baseado no seu relatório.

**18.** Nos casos de adoção é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA a realização de estágio de convivência. Assinale a afirmativa abaixo que **NÃO** segue a determinação emanada:

a) A simples guarda de fato não autoriza a dispensa da realização do estágio de convivência.

b) O estágio de convivência poderá ser dispensado se o adotando já estiver sob a tutela ou guarda legal do adotante por tempo adequadamente suficiente para uma possível avaliação de constituição de vínculo.

c) Em caso de adoção por pessoa ou casal residente fora do País, o estágio poderá ser cumprido no território nacional por no máximo 30 (trinta) dias.

d) O estágio de convivência será acompanhado por equipe multiprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, mediante apresentação de relatório minucioso acerca da conveniência do deferimento da medida.

e) Todas as afirmativas anteriores não estão em consonância com a legislação vigente.

**19.** É determinado pelo Estatuto da Criança e

do Adolescente – ECA que nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal. Assinale a única alternativa que **NÃO** contempla as garantias que lhe são asseguradas por lei:

a) Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente, bem como defesa técnica por advogado.

b) Pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.

c) Direito à assistência judiciária gratuita, desta forma renunciando o direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

d) Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

e) Igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa e direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

**20.** O artigo 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA prevê que a autoridade judiciária, em caráter cautelar, poderá agir em relação à postura dos pais ou responsáveis. Em qual das situações abaixo destacadas esta determinação se aplica:

a) Caso a família mude de cidade e não informe novo endereço.

b) Caso a família não tenha condições econômicas para garantir alimentação balanceada aos seus filhos.

c) Quando a criança ou adolescente estiverem com péssimo rendimento escolar.

d) Quando a criança ou adolescente estiverem em situação de risco em decorrência da omissão dos pais biológicos.

e) Na hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual, impostos pelos pais ou responsável.

**21.** No campo da participação democrática, o art.88, inciso II, da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - afirma ser uma das diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, consolidados como instrumentos de expressão, representação e participação popular, sendo dotados de potencial de transformação política, através da participação de segmentos sociais na formulação de políticas de atendimento. Neste sentido, quais são as funções outorgadas a estes órgãos?

a) Deliberação, que se constitui no poder de decidir e resolver sobre as matérias de sua competência (planos, projetos e programas de atendimento às crianças e adolescentes) e controle, que se constitui no poder de domínio e fiscalização das ações pública em todos os níveis da federação.

b) Submeter à aprovação do Poder Executivo suas decisões, referente aos planos e propostas apresentadas.

c) Requisição de serviços públicos para a garantia dos direitos de criança e adolescente.

d) Atendimento a situações de violação de direitos, aplicando as medidas de proteção cabíveis.

e) Nenhuma alternativa está correta.

**22.** Considerando o ECA, a primeira instituição a atuar na defesa do direitos das crianças e adolescentes deve ser:

a) o Estado

b) o Conselho Tutelar

c) a Família

d) a Escola

e) a Comunidade

**23.** A adoção é considerada uma medida de proteção, assim o direito de adoção é:

a) dos pais biológicos.

b) dos pais adotivos.

c) do cônjuge que tiver maior poder aquisitivo.

d) do adotando (criança ou adolescente).

e) de quem estiver afetivamente mais próximo.

**24.** O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes definidos em Lei. Assim o Conselho Tutelar é “não-jurisdicional” porquê:

a) Zela pelos direitos das crianças e adolescentes.

b) Não integra o poder judiciário, exerce função de caráter administrativo.

c) Delibera e age com independência.

d) Pode tomar medidas e providências autônomas.

e) É parte do poder legislativo.

**25.** Quanto à condenação criminal do pai ou mãe e a destituição do poder familiar, podemos afirmar que:

a) A condenação criminal não implica em destituição do poder familiar.

b) A condenação criminal implica em perda do poder familiar.

c) No caso de condenação criminal da mãe a criança ou adolescente ficará com o pai.

d) A condenação gera a colocação da criança ou adolescente em família substituta.

e) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

**26.** Em relação ao “acolhimento institucional” é **INCORRETO** afirmar que:

a) Não se prolongará por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade.

b) O acolhimento configura privação de liberdade.

c) Será garantido à criança ou adolescente convivência com mãe ou pai privado de liberdade.

d) O adolescente terá sua situação reavaliada, no máximo a cada seis meses.

e) É uma medida de proteção.

**27.** A colocação de criança ou adolescente em “família substituta” far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção. Qual destas medidas é considerada excepcional e irrevogável?

a) Adoção.

b) Adoção por procuração.

c) Guarda compartilhada.

d) Tutela.

e) Tutela até os 21 anos.

**28.** Do Estatuto da Criança e do Adolescente, – Lei nº 8.069/90 (ECA), no que se refere ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária, estabelecem princípios e diretrizes a serem cumpridos por todas as entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional. Assinale a alternativa que **NÃO** integra esses princípios:

a) Desmembramento de grupos de irmãos.

b) Atendimento personalizado e em pequenos grupos.

c) Preservação dos vínculos familiares.

d) Desenvolvimento de atividades em regime de coeducação.

e) Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem.

**29.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90 (ECA), são linhas de ação da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I. Integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial à adolescente a quem se atribua autoria de ato

infracional.

II. Serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de Proteção Social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências.

III. Campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas II.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) todas estão corretas.

**30.** No Estatuto da Criança e do Adolescente–Lei nº 8.069/90 (ECA), o afastamento do convívio familiar é uma excepcionalidade aplicada em situações de grave risco a integridade física e psíquica da criança ou adolescente. Em razão de sua excepcionalidade, antes de sua execução deve ser assegurado à família:

- a) a integridade psíquica da família.
- b) o emprego e renda para manutenção das despesas.
- c) acolhida para escuta da situação de risco.
- d) o restabelecimento dos laços familiares e comunitários.
- e) o acesso às políticas públicas.

**31.** Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus tratos envolvendo seus alunos. Assinale a alternativa correta:

- a) Não existe esta obrigatoriedade no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90 (ECA).
- b) Os dirigentes devem cumprir a lei e comunicar os casos sempre que houver ocorrência de maus tratos envolvendo seus alunos.
- c) Os dirigentes devem apenas cuidar da educação escolar e não devem se intrometer em casos de maus.
- d) Os dirigentes escolares devem apenas notificar os casos de ameaça ou mesmo de violações apenas uma vez por ano.
- e) Cabe apenas à política de assistência social denunciar os casos de maus tratos de crianças e adolescentes.

**32.** O Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90 (ECA), dispõe que os estabelecimentos de ensino fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar, entre outros, os casos de:

- I. Reiteração de faltas injustificadas e evasão escolar.
- II. Elevados níveis de repetência.
- III. Seis faltas consecutivas.
- IV. Maus-tratos envolvendo os alunos.
- V. Doenças infectocontagiosas.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I, IV e V.
- b) Apenas I, II e IV.
- c) Apenas II, III e IV.
- d) Apenas II, IV e V.
- e) Todas estão corretas.

**33.** A Convenção 182, que versa sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, infere que todo membro que ratificou a referida Convenção deverá elaborar e implementar programas de ação para eliminar, como medida prioritária, as piores formas de trabalho infantil. Sobre este tema é **INCORRETO** afirmar:

- a) Esses programas de ação deverão ser elaborados e implementados em consulta com as instituições governamentais competentes e as organizações de empregadores e de trabalhadores, levando em consideração as opiniões de outros grupos interessados, caso apropriado.
- b) Esses programas de ação deveriam ser elaborados e implementados em caráter de urgência.
- c) Esses programas e ações deveriam ser elaborados em consulta com as instituições governamentais competentes e as organizações de empregadores e de trabalhadores, levando em consideração as opiniões das crianças diretamente afetadas pelas piores formas de trabalho infantil e de suas famílias, caso apropriado; bem como de outros grupos interessados comprometidos com os objetivos da referida Convenção e Recomendação.
- d) Deveriam ser objetivos de tais programas a identificação e denúncia das piores formas de trabalho infantil e o impedimento da ocupação de crianças nas suas piores formas.
- e) Deveriam ser objetivos de tais programas a dispensa de especial atenção às meninas.

**34.** De acordo com a Recomendação OIT nº 190 Sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (1999) referente à proibição e ação imediata para a eliminação das piores formas de trabalho infantil, adotada pela Conferência

Internacional do Trabalho em sua 87ª Sessão, Genebra, 17 de junho de 1999 e segundo as disposições do estatuto da criança e do adolescente relacionadas à proteção no trabalho, é correto afirmar:

I. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

II. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é permitido trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte.

III. É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

IV. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

V. A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho desfigura o caráter educativo.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas I e IV.
- d) Apenas II e III.
- e) Todas estão corretas.

**35.** Assinale a alternativa **INCORRETA** com relação ao Trabalho Infantil e as convenções 138 e 182, além da recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho:

- a) No que diz respeito a expressão “piores formas de trabalho infantil”, o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças.
- b) Além das convenções internacionais ratificadas pelo país, a legislação brasileira contém claros dispositivos relativos à proibição do trabalho infantil e à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, a começar pela Constituição Federal de 1988.
- c) Leva em consideração a importância da Educação Básica gratuita para eliminação das piores formas de trabalho Infantil (considerações OIT 182).
- d) A Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho trata sobre a proibição das piores formas de trabalho Infantil e a ação imediata para sua eliminação.
- e) Está expresso na convenção 182 que o termo “criança” designa toda pessoa menor de

12 anos.

**36.** No Brasil, é considerado trabalho infantil, aquele que for realizado por crianças ou adolescentes com idade inferior aos 16 anos, a não ser na condição de aprendiz, quando a idade mínima permitida passa a ser de 14 anos. Ao menor aprendiz, maior de quatorze anos:

- a) É possível realizar trabalho insalubre desde que bem remunerado.
- b) Pode receber bolsa aprendizagem.
- c) São assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- d) Pode ser concedida a emancipação.
- e) É facultado o trabalho noturno.

**37.** Sobre os temas abaixo é **INCORRETO** afirmar:

- a) A violência doméstica e familiar não é sinônima, pois a violência doméstica refere-se ao lugar onde ela ocorre e a violência familiar diz respeito à natureza dos laços parentais que unem as vítimas e os autores da violência.
- b) Quando uma criança ou adolescente é perseguido pela comunidade escolar por sua opção sexual, o Conselho Tutelar deve ser imediatamente acionado.
- c) “Bullying” é a prática de atos violentos, intencionais e repetidos, contra uma pessoa indefesa, que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas.
- d) Racismo é a denominação da discriminação e do preconceito (direta ou indiretamente) contra indivíduos ou grupos por causa de sua etnia ou cor.
- e) A discriminação é uma forma de conceito ou juízo formulado sem qualquer conhecimento prévio do assunto tratado, enquanto o preconceito é o ato de separar, excluir ou diferenciar pessoas ou objetos.

**38.** O “bullying” é um termo da língua inglesa que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem ter a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder.

Sobre este tema, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Em geral, a vítima teme o(a) agressor(a) em razão das ameaças ou mesmo a concretização da violência, física ou sexual, ou a perda dos meios de subsistência.
- b) O “bullying” é um problema mundial, podendo ocorrer em praticamente qualquer

contexto no qual as pessoas interajam, tais como escola, faculdade/universidade, família, mas pode ocorrer também no local de trabalho e entre vizinhos.

c) Nas escolas, o “bullying” geralmente ocorre em áreas onde a presença ou supervisão de pessoas adultas é mínima ou inexistente e estão inclusos no “bullying” os apelidos pejorativos criados para humilhar os colegas.

d) As crianças ou adolescentes que sofrem “bullying” podem se tornar adultos com sentimentos negativos e baixa autoestima, podendo, em casos extremos, a vítima tentar ou cometer suicídio.

e) O alvo dos agressores geralmente são pessoas pouco sociáveis, com alta capacidade de reação ou de fazer cessar os atos prejudiciais contra si e possuem forte sentimento de segurança, o que os impede de solicitar ajuda.

**39.** Regem-se pelas disposições da Lei 8.069/90, as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular de:

I. Programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental.

II. Acesso às ações e serviços de saúde.

III. Ensino obrigatório.

IV. Serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessitem.

V. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II, III.
- c) Apenas II, III e V.
- d) Apenas I, II e IV.
- e) Todas estão corretas.

**40.** É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde, é correto afirmar:

I. Incumbe ao poder público fornecer a baixo custo àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

II. Os estabelecimentos de atendimento à

saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

III. A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

IV. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

V. É prescindível a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas II, III e V.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) Todas estão corretas.

**41.** Com relação à Rede de Atendimento, assinale a alternativa correta:

I. A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será executada, prioritariamente, pelos Órgãos Governamentais, enfatizando a importância do planejamento das ações, especialmente a famílias em situação de vulnerabilidade social.

II. São linhas de ação da política de atendimento, Políticas e Programas de Assistência Social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem.

III. Cabe à União e aos Estados fornecer o suporte técnico e financeiro para que os municípios criem e mantenham as estruturas necessárias ao atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) Todas estão corretas.

**42.** O Profissional Médico, diante de uma suspeita de maus tratos contra Crianças ou adolescentes, durante uma consulta, deve proceder, conforme preconiza o ECA, da seguinte forma:

a) Orientar os pais ou responsáveis sobre os cuidados inerentes a fase de desenvolvimento da criança e encaminhar para a emergência

pediátrica a fim de melhor investigação.

b) Após orientar os pais quanto aos cuidados inerentes a fase em que a criança se encontra, antes do final de seu turno, preencher a ficha de notificação compulsória de violências e solicitar à administração da unidade que encaminhe cópia ao Conselho Tutelar, pois suspeita de negligência dos pais.

c) Fazer o atendimento à criança e encaminhar ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - para acompanhamento familiar.

d) Fazer os primeiros atendimentos à criança e encaminhar ao Centro de Referência em Assistência Social do município, pois observou falta de cuidados à criança.

e) Todas as respostas estão incorretas.

**43.** A violência doméstica é uma das violações de direitos das crianças e adolescentes mais frequentes, e pode acontecer de diferentes maneiras: física, sexual, psicológicas, negligência e abandono. Se uma criança de 4 anos chega repetidamente à escola infantil com escoriações e hematomas em diferentes partes do corpo, com diferentes colorações (indicando lesões recentes e antigas), a professora relata ao conselheiro tutelar que estes detalhes podem ser:

a) Fortes indicadores de que a criança está com problema da saúde.

b) Fortes indicadores de maus-tratos sofridos pela criança.

c) Que a criança está sempre correndo e caindo por ser muito ativo.

d) Indícios de que a criança é muito teimosa.

e) Indícios que a criança precisa de internação em um hospital.

**44.** O Projeto Integrado de Atenção e Criança e ao Adolescente em Situação de Risco, chamada Rede de Proteção à Infância e à Adolescência busca qualificar e ampliar a rede de serviços e programas de assistência social, as crianças, adolescentes e suas famílias. Os conselheiros tutelares eleitos devem manter uma relação de ..... com a Rede de Proteção de crianças, adolescentes e suas famílias.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto acima:

- a) subordinação
- b) parceria e articulação
- c) aconselhamento
- d) prestação de contas anual
- e) ascendência

**45.** O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela

sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Podemos inferir que:

I. O Conselho Tutelar possui um caráter institucional, ou seja, uma vez criado e instalado, passa a ser, em caráter definitivo, uma das instituições integrantes do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo haver decisão de continuidade em sua atuação e a renovação periódica de seus membros.

II. A autonomia é sinônimo de independência funcional, constituindo numa prerrogativa do Órgão, enquanto colegiado, imprescindível ao exercício de suas atribuições.

III. Embora o Conselho Tutelar não necessite submeter suas decisões ao crivo de outros Órgãos e instâncias administrativas, lhe tendo sido inclusive conferidos instrumentos para execução direta das mesmas, estão aquelas sujeitas ao controle de sua legalidade e adequação pelo Ministério Público, mediante provocação por parte de quem demonstre legítimo interesse ou do Poder Judiciário.

IV. A autonomia que detém o Conselho Tutelar para o exercício de suas atribuições não o torna imune à fiscalização de outros integrantes do Sistema de Garantias de Direitos, com os quais deve atuar de forma harmônica, articulada e cordial, com respeito e cooperação mútua.

V. Serão estabelecidos mecanismos internos e/ou externos de controle da atuação dos conselheiros tutelares individualmente considerados, bem como regulamente a forma de aplicação de sanções administrativas àquele que, por ação ou omissão, descumpra seus deveres funcionais ou pratica atos que colocam em risco a própria imagem e credibilidade do Conselho Tutelar como instituição.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I, IV e V.
- b) Apenas I, II e V.
- c) Apenas II, III e IV.
- d) Apenas I, III e V.
- e) Apenas II, IV e V.

**46.** São atribuições do Conselho Tutelar, conforme artigo 136, do ECA:

I. Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

II. Encaminhar à Defensoria Pública notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou

adolescente.

III. Deflagrar procedimentos de apuração de irregularidade em entidades de atendimento.

IV. Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

V. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I, III, IV e V.
- b) Apenas I e IV.
- c) Apenas I, III e V.
- d) Apenas IV e V.
- e) Todas estão corretas.

**47.** Sobre as atribuições do Conselho Tutelar, na situação de uma boate que permite o acesso de crianças e adolescentes em seu estabelecimento, estão corretas as afirmativas abaixo, **EXCETO**:

- a) A atuação do Conselho Tutelar deve ser sempre direcionada em favor da criança/adolescente, pois a interpretação e aplicação de todo e qualquer dispositivo contido na Lei nº 8.069/1990 deve ocorrer no sentido de sua proteção integral.
- b) A boate pode estar sendo responsável pela violação dos direitos de crianças e adolescentes com a simples permissão de seu acesso ao local.
- c) Cabe ao Conselho Tutelar, assim como ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, e aos demais integrantes do referido "Sistema de Garantias" agir no sentido da repressão dos responsáveis pela violação, que devem ser punidos na forma da lei.
- d) Devem ser colhidos os nomes, idades e endereços das crianças/adolescentes presentes na boate, nomes e endereços de seus pais ou responsável e de testemunhas do ocorrido, dentre outras informações.
- e) Deve ser deflagrado, por iniciativa dos pais ou responsável, o procedimento judicial para apuração da infração administrativa, sem prejuízo de eventual iniciativa do Ministério Público no sentido da apuração de outras infrações.

**48.** Sobre as atribuições do Conselho Tutelar, podemos inferir que:

( ) O Conselho Tutelar foi concebido na perspectiva de evitar a "judicialização" e agilizar o atendimento de crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade

social e suas respectivas famílias, razão pela qual os casos que se enquadram em suas atribuições devem ser atendidos pelo próprio órgão.

( ) Para que a solução do problema objetivo da intervenção do Conselho Tutelar e dos demais integrantes do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente seja alcançada, o Conselho Tutelar deverá buscar auxílio junto à rede municipal de proteção à criança e ao adolescente, encaminhando a criança, adolescente e sua família aos programas e serviços adequados às suas necessidades pedagógicas específicas.

( ) Sempre que surgir determinado caso que possa ser resolvido sem a necessidade de intervenção da autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deve aplicar as medidas protetivas dos arts. 101, incisos I a VII e 129, incisos I a VIII, do ECA.

( ) O Conselho Tutelar deve requisitar o serviço de atendimento dos órgãos, serviços e programas municipais e, se não atendido, deve promover o encaminhamento do caso ao órgão ou setor da administração competente, ou a mais de um, conforme a situação.

( ) Caso o destinatário da requisição do Conselho Tutelar com ela não concorde, deverá provocar o Ministério Público no sentido de sua revisão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo.

- a) V - V - F - F - V.
- b) V - V - F - F - F.
- c) V - F - F - F - V.
- d) F - V - V - F - V.
- e) V - V - F - V - F.

**49.** São atribuições do Conselho Tutelar atender às crianças e adolescentes sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão de sua conduta, aplicando as medidas de proteção apropriadas ao caso.

Sobre este tema, podemos inferir que:

I. Antes de aplicar qualquer medida de proteção deve o Conselho Tutelar ouvir e considerar somente a opinião dos pais ou responsável pela criança ou adolescente que será atingida pela medida.

II. Deve ser observado, na aplicação da medida de proteção, as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e os demais princípios que regem

a aplicação das medidas, como a condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e deveres.

III. O Conselho Tutelar somente poderá encaminhar a programas de acolhimento institucional crianças e adolescentes que já não se encontrem em companhia de seus pais ou responsável, como crianças ou adolescentes que se encontrem perdidos ou que vivam na rua; ou que se encontrem em situação de flagrante de vitimização, devendo em qualquer caso, comunicar o fato imediatamente à autoridade judiciária.

IV. O acolhimento institucional deve ser acompanhado da aplicação de outras medidas de proteção.

V. O Conselho Tutelar foi criado para zelar pela garantia de todos os direitos infanto-juvenis, devendo sua intervenção ser voltada ao recrudescimento dos vínculos familiares e à orientação dos pais ou responsáveis legais, de modo que estes assumam suas responsabilidades em relação a seus filhos e pupilos.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I, III e V.
- b) Apenas I, II e V.
- c) Apenas III, IV e V.
- d) Apenas I, II e IV.
- e) Apenas III e IV.

**50.** Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas de sua competência também é atribuição do Conselho Tutelar. A aplicação de medidas aos pais ou responsável, considerando o princípio do fortalecimento dos vínculos familiares e a proteção à família, deve ser \_\_\_\_\_ à aplicação de medidas de proteção à criança e ao adolescente.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto acima.

- a) Obrigatória
- b) Isolada
- c) Imprescindível
- d) Concomitante
- e) Indispensável

**51.** Considere as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A atribuição do Conselho Tutelar de expedir notificações faculta a convocação de pessoas para comparecerem ao órgão para serem ouvidas e prestarem os esclarecimentos que se fizerem necessários.
- b) Promover e incentivar, na comunidade e nos

grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus tratos em crianças e adolescentes é atribuição do Conselho Tutelar. Não lhe cabe, todavia, promover a qualificação específica dos membros da comunidade e profissionais que prestam atendimento a crianças e adolescentes, tarefa que deve ser desempenhada por técnicos que tenham a devida habilitação para o desempenho da função.

c) As tentativas de orientação, apoio e resgate sócio familiar são a preocupação primeira do Conselho Tutelar.

d) Após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural, ao Conselho Tutelar compete representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.

e) O Conselho Tutelar deve providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária para o adolescente autor de ato infracional, executando a(s) medida(s) aplicada(s) pela autoridade judiciária.

**52.** Sobre o procedimento que o Conselho Tutelar deve adotar quando recebe uma denúncia de risco ou violação dos direitos da criança e do adolescente, considere as proposições abaixo:

I. O Conselho deverá apurá-la em 5 dias.

II. A apuração deve ser realizada por meio de visita de atendimento, preferencialmente no local da ocorrência.

III. Caso necessário, o Conselho Tutelar pode requerer a assessoria de médico, assistente social, psicólogo, ou qualquer outro profissional para acompanhar a visita.

IV. Em casos extremos, poderá ser requisitada força policial para garantir integridade física do conselheiro e de outras pessoas.

V. O Conselho Tutelar deve iniciar a execução da(as) medida(s) protetiva(as) aplicadas na visita de atendimento.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I, II e IV.
- b) Apenas II, III e V.
- c) Apenas II, III e IV.
- d) Apenas I, II e V.
- e) Apenas II, IV e V.

**53.** São atribuições do Conselho Tutelar:

I. Encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notícia de fato que constitua infração administrativa ou

penal contra os direitos da criança ou adolescente.

II. Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII.

III. Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII.

IV. Instaurar procedimentos administrativos e, para instruí-los: expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil ou militar.

V. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e IV.
- c) Apenas III e V.
- d) Apenas II, III e V.
- e) Todas estão corretas.

**54.** Conforme o Estatuto da criança e do adolescente, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas na Lei. São direitos individuais previstos:

I. A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

II. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de trinta dias.

III. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente e de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

IV. O adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

V. O adolescente não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II, III e IV.
- c) Apenas III e V.

- d) Apenas I, III e V.
- e) Todas estão corretas.

**55.** Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I. inclusão em programa de acolhimento familiar.

II. Liberdade assistida.

III. Internação em estabelecimento educacional.

IV. Acolhimento institucional.

V. Prestação de serviços à comunidade.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas II, III e V.
- d) Apenas I, III e V.
- e) Todas estão corretas.

**56.** Na aplicação das medidas de proteção à criança e ao adolescente sempre que os direitos forem ameaçados ou violados a autoridade competente poderá determinar as seguintes medidas:

I. Colocação em família substituta.

II. Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

III. Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.

IV. Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.

V. Acolhimento institucional.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas III e V.
- d) Apenas II, III e V.
- e) Todas estão corretas.

**57.** Em relação ao direito à Educação de Crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura:

I. Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

II. Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

III. Direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como, participar da definição das propostas educacionais.

IV. É dever do Estado assegurar à criança e ao

adolescente ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, e progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

V. Direito de ser respeitado por seus educadores.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas II, III e IV.
- d) Apenas II, III e V.
- e) Todas estão corretas.

**58.** Marque a alternativa **INCORRETA** sobre as atribuições do Conselho Tutelar:

- a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- b) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- c) Fiscalizar entidades de atendimento.
- d) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- e) Encaminhar à autoridade policial notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

**59.** A Evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, assinale a alternativa correta quanto ao enfrentamento dessa questão social:

- a) É um problema da família e está é que deve ser responsabilizada legalmente.
- b) Nada consta no ECA sobre evasão escolar de forma objetiva.
- c) É dever do dirigente de escola de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar os casos de evasão escolar como primeira medida.
- d) A própria escola deve já procurar interceder diretamente junto à sua família, de modo a apurar a razão da infrequência e, desde logo, proceder às orientações que se fizerem necessárias.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

**60.** João Carlos tem 17 anos, foi apreendido pela autoridade policial e encontra-se aguardando a sentença, acusado da prática de ato infracional. Nesse caso é correto afirmar:

- a) O adolescente será encaminhado à instituição para cumprir medida socioeducativa

tendo em vista que foi pego em flagrante delito.

b) Assim que possível, os pais ou responsável pelo adolescente serão avisados pela autoridade policial ou pelo Conselho Tutelar.

c) No caso de internação provisória, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

d) A autoridade policial, nesse caso, pode determinar a internação provisória do adolescente que deverá ser embasada por indícios suficientes de autoria e de materialidade.

e) O adolescente civilmente identificado, será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

**61.** Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre a atuação do Conselho Tutelar:

- a) O Conselho Tutelar tem como função atender denúncias, reclamações, reivindicações e solicitações realizadas pelas crianças, adolescentes, famílias, comunidades e cidadãos.
- b) O Conselho Tutelar deve agir sempre que os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados pela própria sociedade, pelo estado, pelos pais, responsáveis ou em razão de sua própria conduta.
- c) A atuação ocorre também quando os pais ou responsáveis (tutor, guardião, dirigente de entidade) deixam de assistir, criar e educar suas crianças e adolescentes, seja por agirem nesse sentido ou por deixarem de agir quando deviam.
- d) O Conselho Tutelar só deve agir quando provocado, como exemplo, nos casos de denúncia.
- e) Aplicar medidas de proteção às crianças, adolescentes e suas famílias.

**62.** Uma adolescente vai ao Conselho Tutelar e queixa-se de estar sofrendo "bullying" na escola. Analise as ações para este caso:

I. Identificado um caso de agressão, piadas ou discriminações, os alunos agressores devem ser orientados com a participação dos responsáveis legais a quem caberá a aplicação das medidas de proteção apropriadas.

II. Identificando um caso de "bullying" na escola, pode ser aplicada apenas uma medida de proteção ou várias, simultaneamente, sempre de acordo com as necessidades específicas de seu destinatário. Importante observar que as medidas de proteção devem, em regra, ser aplicadas em conjunto com as medidas destinadas aos pais ou responsável

pela criança ou adolescente, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

III. O "bullying" é uma forma de violência psicológica devendo estar contemplado no plano de atendimento do Conselheiro Tutelar, este poderá requisitar uma avaliação psicológica realizada pelo serviço de saúde do município.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Todas estão corretas.
- e) Nenhuma está correta.

**63.** O Conselho Tutelar ao ser acionado por denúncia de trabalho infantil em uma feira livre na cidade, terá que agir conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações. Considere as alternativas em relação a atuação do Conselho Tutelar nesse caso:

I. Considerando que o trabalho infantil é uma violação de direitos e que têm múltiplas causas e várias consequências, o Conselheiro Tutelar deve, neste caso, atuar e fortalecer o trabalho em rede e em parceria com a comunidade sobre esta e outras violações às quais as crianças e adolescentes estão expostos.

II. Acionar os serviços da Rede de Atendimento como o CRAS e CREAS da região a fim de que se planeje abordagens educativas, pois não basta a simples realização de uma "batida" do Conselho Tutelar no estabelecimento que supostamente explora o trabalho de crianças/adolescentes.

III. Quando as medidas de proteção ou as medidas aplicadas aos pais e responsáveis se demonstrarem ineficazes, o Conselho Tutelar deverá representar ao Ministério Público e à autoridade judiciária pela violação dos direitos da criança e do adolescente.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas II.
- e) Todas estão corretas.

**64.** Assinale a alternativa correta:

- a) No caso dos pais que tem condenação criminal por tráfico de drogas, implicará na perda do poder familiar.
- b) O procedimento para a perda do poder familiar terá início apenas por provocação do Ministério Público.

c) O Conselho Tutelar, nas suas atribuições, tem autoridade de afastar a criança ou adolescente da família, se entender que há riscos para o seu pleno desenvolvimento.

d) O Conselho Tutelar não tem atribuição para promover o afastamento de Criança e Adolescente do convívio familiar.

e) Nenhuma alternativa está correta.

**65.** O Conselheiro Tutelar, após haver discutido um caso com profissional do CRAS e do Posto de Saúde, vai aplicar medida de proteção. O que se deve levar em conta nos casos de aplicação de medidas de proteção:

a) As medidas previstas não poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.

b) A intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, com prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto.

c) Intervenção decorrente: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida.

d) Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

e) As medidas previstas poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.

**66.** As decisões do Conselho Tutelar poderão ser revistas apenas:

- a) pela autoridade policial.
- b) por representantes das partes envolvidas.
- c) pela autoridade judiciária.
- d) por representantes do Poder Municipal.
- e) por Conselheiros do CMDCA.

**67.** Os Conselheiros Tutelares, por força de sua função, devem comunicar as autoridades:

I. Entrega de criança ou adolescente a pessoa inidônea.

II. Presença de crianças e adolescentes em situação de prostituição ou mendicância.

III. Presença de crianças e adolescentes em casa de jogos.

IV. Todos tipos de crimes que, mesmo não tipificados no ECA, têm como vítimas crianças ou adolescentes.

V. Existência de crianças afastadas de suas atividades escolares sem prévia justificativa familiar.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas II, III, IV e V.
- b) Apenas I, II, III e V.
- c) Apenas I, III, IV e V.
- d) Apenas I, II, IV e V.
- e) Todas estão corretas.

**68.** Assinale a alternativa que registra corretamente ações pertinentes à função de Conselheiro Tutelar:

- a) Realizar queixas, reclamações ou reivindicações sobre crianças e adolescentes.
- b) Escutar, orientar, aconselhar, encaminhar e acompanhar casos.
- c) Controlar o sucesso das medidas protetivas.
- d) Fazer serviços necessários à efetivação do atendimento em saúde das crianças e adolescentes.
- e) Aguardar que gestores públicos formulem políticas e planos de atendimento à criança, ao adolescente e às suas famílias.

**69.** O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA determina que o Conselho Tutelar:

I. Fiscalize entidades de atendimento governamentais e não-governamentais, em conjunto com o Poder Judiciário e o Ministério Público.

II. Fiscalize entidades de atendimento governamentais e não-governamentais, em conjunto com o Poder Judiciário, Polícia Civil e o Ministério Público.

III. Caso constate alguma irregularidade ou violação de direitos de crianças ou adolescentes abrigados ou internados, aplique medida de advertência prevista no artigo 97, representando oficialmente ao Juizado ou Promotoria de Justiça.

IV. Caso constate alguma irregularidade ou violação de direitos de crianças ou adolescentes em abrigados ou internados, aplique medida de advertência prevista no artigo 97, sem a necessidade de representação ao Juizado ou Promotoria de Justiça.

V. Se a entidade ou seus dirigentes forem reincidentes, comunicar ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I, III e IV.
- b) Apenas I, III e V.
- c) Apenas I, VI e V.
- d) Apenas II, III, VI e V.
- e) Apenas II, IV e V.

**70.** Assinale as alternativas que registram competências do Conselho Tutelar:

I. Determinar ao Cartório realização de

registros de nascimento ou óbito.

II. Determinar ao Cartório, mediante correspondência oficial, realização de registros de nascimento ou óbito.

III. Requisitar certidões ao Cartório com isenção de multas, custos e emolumentos.

IV. Requisitar certidões ao Cartório repassando custos de eventuais multas ao Gestor Municipal.

V. Requisitar certidões ao Cartório repassando custos à Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude que, posteriormente, repassará ao Gestor Municipal.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas III.
- d) Apenas III e IV.
- e) Apenas III e V.

**71.** Uma das importantes atribuições do Conselho Tutelar é atender e aconselhar os pais ou responsáveis. Estão em consonância com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA as atribuições abaixo relacionadas, **EXCETO**:

- a) Deliberar pela suspensão ou perda de poder familiar.
- b) Articular forma segura de abrigo.
- c) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde e serviço social.
- d) Aplicar, de imediato, medidas protetivas.
- e) Obrigar a efetuação de matrícula em escola e acompanhar frequência e rendimento.

**72.** São exemplos de serviço público que podem ser requisitados pelo Conselho Tutelar:

I. Priorização de atendimento à criança que necessite de consulta e/ou exames necessários e que são postergados por alegação de falta de vaga.

II. Fornecimento de vaga em instituição de ensino fundamental para adolescentes com até 14 anos incompletos.

III. Atuar junto ao INSS para acompanhar concessão de benefício assistencial à criança deficiente.

IV. Exigir que Ministério do Trabalho fiscalize empresas que possam estar submetendo crianças e adolescentes em desacordo com a idade mínima fixada pela Constituição Federal.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas I, II e IV.
- c) Apenas I, III e IV.

- d) Nenhuma está correta.
- e) Todas estão corretas.

**73.** Em uma instituição de educação infantil, após o horário de encerramento das atividades, uma criança não foi novamente buscada pela família. Os gestores da instituição realizam inúmeras tentativas de contato com os familiares e, após muitas horas, conseguem lograr sucesso. Em situações deste tipo cabe aos gestores:

- I. Permanecerem com a criança na escola até que algum membro da família apareça e esclareça o ocorrido, registrando a situação e resgatando as combinações quanto à responsabilização pelo cumprimento dos horários.
- II. Informar a Secretaria de Educação sobre o ocorrido.
- III. Cancelar a matrícula da criança caso ocorra novamente situação semelhante.
- IV. Acionar o Conselho Tutelar para comunicar as ocorrências e solicitar a realização de um diagnóstico mais aprofundado da situação envolvendo a realização de visitas domiciliares, entrevistas com os pais, familiares e vizinhos, bem como a escuta da própria criança.
- V. Cobrar multa pecuniária aos pais pelo ocorrido.

Quais afirmativas estão corretas?

- a) Apenas I, III e IV.
- b) Apenas I, IV e V.
- c) Apenas I, III, IV e V.
- d) Apenas I, II e IV.
- e) Todas estão corretas.

**74.** Em uma escola de ensino fundamental, um conjunto de alunos se envolve em briga durante o horário de recreio e acaba por promover sérios danos ao patrimônio escolar. Após intervenção da Equipe Diretiva para cessar o movimento, é esclarecido pelos envolvidos que a razão que os motivou tal atitude foi o estabelecimento de quem teria “o comando da escola”. Frente a esta situação, tendo como suporte legal o estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e o regimento escolar, a escola deve tomar as seguintes atitudes, **EXCETO**:

- a) Suspender, em caráter provisório, os alunos das atividades escolares.
- b) Promover encontros de formação junto a Comunidade Escolar para revisar os princípios de convivência da escola.
- c) Informar ao Conselho Tutelar o ocorrido para compor parceria no enfrentamento das questões de violência dentro da escola.

- d) Comunicar às famílias e determinar que compensem os danos.
- e) Promover, em caráter imediato e definitivo, a expulsão dos alunos daquela unidade de ensino.

**75.** Quando um conselheiro tutelar recebe uma informação de prática de crime contra criança ou adolescente, deve levar imediatamente ao conhecimento da(o) ..... e se prontificar a aplicar, desde logo, medidas de proteção à criança ou adolescente, bem como orientar pais e responsáveis.

Assinale a palavra que preenche corretamente a lacuna do texto acima:

- a) CMDCA
- b) Ministério Público
- c) Delegacia de Polícia
- d) outros conselheiros
- e) Escola

**76.** A medida de acolhimento institucional pode ser aplicada diretamente pelos Conselheiros Tutelares nos casos em que:

- a) Crianças e adolescentes se encontram afastados do convívio familiar e vivem em situação de rua ou a família está em local ignorado.
- b) Crianças e adolescentes que não querem mais conviver com os pais.
- c) Crianças ou adolescentes que fugiram da escola.
- d) Crianças que precisam ficar afastadas do pai.
- e) Os adolescentes são usuários de drogas e precisam de atendimento.

**77.** Em 2017, o Brasil registrou uma denúncia de violação de direitos humanos contra criança ou adolescente a cada 6 minutos. Ao todo, foram 84.049 casos relatados ao Disque 100, do Ministério dos Direitos Humanos. Este dados revelam a importância e a necessidade da existência dos CMDCA's e Conselhos Tutelares. Diante destes dados, um conselheiro tutelar sensível às demandas de sua região, e de acordo com suas atribuições pode:

- a) Atender seu plantão no Conselho tutelar sem maiores preocupações.
- b) Apenas expedir notificações aos responsáveis.
- c) Atender e ouvir os pais e responsáveis e fazer registro do caso.
- d) Procurar meios de promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento sobre reconhecimento de sintomas de maus tratos em crianças e adolescentes para orientar os

cidadãos quanto às atitudes cabíveis.

e) Atender somente casos prioritários e fazer encaminhamentos essenciais.

**78.** É junto ao CMDCA (Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente) que as entidades governamentais e não-governamentais realizam a inscrição de seus programas e especificam os seus regimes de atendimento em relação às crianças, adolescentes e às famílias. Estes programas podem ser incluídos em dois tipos, que são:

- a) Programas de treinamento e profissionalizantes.
- b) Programas de saúde e educação.
- c) Programas de apoio e intervenção.
- d) Programas de orientação e abrigo.
- e) Programas de proteção e sócio-educativos.

**79.** O conselheiro tutelar deve agir sempre com presteza no cumprimento de suas atribuições diárias, podemos resumir as ações relacionadas com a proteção dos direitos das crianças e adolescentes em dois tipos:

- a) Formas punitivas e formas propositivas.
- b) Formas legais e formas restritivas.
- c) Formas preventivas e formas corretivas.
- d) Formas administrativas e formas suspensivas.
- e) Formas consensuais e formas de apoio.

**80.** Se, em um Conselho Tutelar uma mãe chega desesperada, dizendo que seu filho de 4 anos desapareceu, procurou na vizinhança, não achou. Não vê a criança desde as 8h30min da manhã e já são 18h, o conselheiro tutelar pode então:

- a) Orientar a mãe a fazer um boletim de ocorrência na delegacia mais próxima para desencadear uma investigação oficial sobre o desaparecimento do menor.
- b) Orientar a mãe a esperar 24 horas do desaparecimento do menor para fazer o boletim de ocorrência na delegacia.
- c) Orientar a mãe ir direto ao Ministério Público local e denunciar.
- d) Fazer o registro do desaparecimento do menor no conselho tutelar.
- e) Orientar a mãe a procurar o pai do seu filho imediatamente.